



A PRODUÇÃO DE TEXTOS NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: CRENÇAS DE ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO DA ZONA RURAL

Solange Montalvão de Oliveira¹
UNEB – BRASIL

Resumo: Este estudo busca discutir acerca das crenças de jovens alunos do 1º ano do Ensino Médio oriundos da zona rural no que tange ao aprendizado da produção de textos de gêneros variados nas aulas de Língua Portuguesa e traz um breve recorte da dissertação de Mestrado em Língua e Cultura cujo objetivo foi investigar como as crenças de alunos oriundos da zona rural acerca do ensino de língua portuguesa influenciam a sua aprendizagem na 1ª série do Ensino Médio, em uma escola da rede estadual de ensino no município de Guanambi-BA, e de que modo o professor, tendo conhecimento sobre elas, pode construir novas estratégias que intervenham nessa realidade. Esta pesquisa fundamentou-se nos preceitos de uma metodologia qualitativa, e como instrumentos de geração de dados foram usados a observação participante, o questionário e a entrevista semiestruturada que possibilitaram perscrutar as crenças que os alunos foram adquirindo nas aulas de Língua Portuguesa acerca das atividades de escrita. Os dados gerados revelaram que a maioria desses sujeitos desenvolveu crenças que têm contribuído para tornar a relação deles com a escrita bem conflituosa, pois denunciam que o ato de escrever se resume à prática de atividades/exercícios no livro didático e de anotar resumos para fixação dos conteúdos ensinados; demonstram pouco conhecimento acerca da produção de gêneros textuais que usam no dia a dia; além de associar essa prática a algo difícil de ser realizada.

Palavras-chave: Crenças. Língua Portuguesa. Produção de textos.

Introdução

O ensino da língua portuguesa, como língua materna, ainda tem provocado muitos dissabores no que diz respeito à aprendizagem dos alunos da Educação Básica. Essa situação é resultante do fato de que em muitas escolas brasileiras esse ensino pauta-se ainda na transmissão de regras, conceituações, nomenclaturas e classificações gramaticais, além da visão deturpada de que na língua há dois falares: “o certo e o errado”, conforme o que norteia a gramática normativa. Desse modo, o trabalho dos professores restringe-se basicamente ao desvelamento de uma gramática que é pautada em normas do “bem falar” e do “bem escrever”. Conforme o que muitos estudiosos dizem acerca do trabalho que grande parte das escolas brasileiras continua desenvolvendo com a língua portuguesa, percebemos que ainda predomina “uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas” (ANTUNES, 2003, p. 19).

¹ Mestra em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Departamento de Educação, *Campus XII* – Guanambi-BA. Vinculada ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire/NEPE. Linha de pesquisa: Linguagens e Práticas Pedagógicas. E-mail: solmontegbi@hotmail.com

Além disso, o texto, que seria o ponto de partida no processo de ensino-aprendizagem, toma a posição de mero coadjuvante, servindo, muitas vezes, apenas como pretexto para o trabalho com a classificação de palavras e frases, o que, para muitos professores, configuraria em um ensino a partir do texto. Essa prática pedagógica, ao invés de desenvolver no aprendiz a visão de língua como um fator de identidade cultural e como elemento de interação verbal, na realidade, tem alimentado crenças que a tornam distante do falante, difícil de ser usada, cheia de preconceitos linguísticos e como sinônimo da gramática normativa.

Ademais, o desenvolvimento de atividades como a leitura e a produção de textos tende a se resumir em curtos momentos de práticas dirigidas e mecânicas, contemplando somente os textos do livro didático, sendo a escrita muitas vezes desvinculada da produção de textos como elemento de interação do indivíduo com seus pares ou como forma de atuação nos diversos espaços de comunicação, mas usada como meio de exercitar mecanicamente os conteúdos transmitidos nas aulas de Língua Portuguesa.

Com vistas a mudar esse ensino e contribuir para que o professor e o aluno modifiquem seu comportamento e suas ações em sala de aula, de modo que aquele ocupe a posição de facilitador da aprendizagem e este a de responsável pela sua própria aprendizagem e que entre os dois haja uma relação de troca e de respeito pelo outro, pelas suas ideias, pelos conhecimentos que possuem, é importante que algumas crenças no ensino de português sejam (re)conhecidas e revistas.

O conhecimento das crenças dos aprendizes também pode ajudar o professor não só a questionar sua prática como também a rever as próprias crenças há muito cristalizadas, uma vez que, provavelmente, muitas delas acabaram por influenciar as dos alunos. E isso, conseqüentemente, também ajudará o aluno a rever as suas, procurando modificá-las à medida que as novas situações em sala de aula vão se configurando em novos e menos tortuosos caminhos de aprendizagem do português.

Objetivo(s)

Baseando-se na conjectura de que o conhecimento das crenças dos alunos sobre a língua materna poderá contribuir significativamente no processo de ensino-aprendizagem desta, este estudo partiu do seguinte objetivo geral: discutir acerca das crenças de jovens alunos do 1º ano do Ensino Médio oriundos da zona rural no que tange ao aprendizado da produção de textos de gêneros variados nas aulas de Língua Portuguesa.

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



Metodologia

Com o propósito de atender ao objetivo estabelecido para este estudo, fizemos uso da pesquisa qualitativa uma vez que, conforme destaca Gómez (1999, apud GONZAGA, 2006, p.70), esse tipo de abordagem “possibilita também realizar exames cruzados dos dados obtidos, angariar informação por meio do processo de triangulação, chegar a contrastar e validar as informações obtidas por meio de fontes diversas sem perder a flexibilidade”. A adoção dessa metodologia nos proporcionou maior interação com os sujeitos dentro e fora do contexto pesquisado, o que favoreceu relações de respeito e confiança entre nós e maior liberdade de expressão, motivando-os a falarem sobre suas dificuldades, suas apreensões, suas atitudes frente ao ensino da língua materna, expondo suas crenças e suas verdades durante os vários momentos em que dialogamos.

Para o nosso trabalho, fizemos uso de alguns instrumentos/procedimentos para a geração de dados, a saber: observação participante, questionário e entrevista semiestruturada, que possibilitaram a análise e a compreensão das crenças dos alunos. A triangulação dos dados gerados que, segundo Triviños (2007, p. 138), visa basicamente a “abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”, permitiu o uso de múltiplas estratégias como observação dos sujeitos e suas várias formas de interação, dos espaços das salas de aula, além de outras situações variadas.

A pesquisa foi desenvolvida em duas turmas do 1º ano do Ensino Médio do Col. Est. Gov. Luiz Viana Filho, do turno vespertino, constituídas somente por alunos da zona rural, do município de Guanambi-BA. A observação participante, acompanhada de registros em diário de campo, foi realizada em 22 aulas, sendo 11 aulas em cada turma - 18 aulas na primeira unidade e 04 aulas na segunda unidade. Foram aplicados 63 questionários aos alunos. E a fim de esclarecermos algumas situações ocorridas na escola e com os sujeitos deste estudo, realizamos entrevistas semiestruturadas com 18 alunos (selecionados das duas turmas²), com a professora regente das referidas classes e com a diretora da instituição.

Referencial teórico

O trabalho com a gramática normativa, cujo teor é o ensino da teoria gramatical, tem gerado, ao longo dos tempos, “reação negativa, quando não aversão declarada, a aulas de Gramática [...], é sempre a mesma rejeição, a mesma alergia. E os resultados são sempre

² Para as entrevistas, foram selecionados os alunos que haviam sido reprovados mais de uma vez no componente curricular Língua Portuguesa; os que afirmaram não gostar desse componente e os que tinham preferência por Língua Portuguesa.

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



constrangedoramente medíocres”. (LUFT, 2007, p. 49-50). Esse ensino, no afã de insistir na teoria, limita-se a reduzir a língua a um conjunto de nomenclaturas, conceitos e regras, de forma repetitiva e exaustivamente, ano após ano. Devido ao fracasso desse ensino, que, conforme Luft (2007, p. 55), “apesar de toda a insistência na Gramática, é justamente a teoria gramatical que os estudantes não conseguem aprender”, muitos estudiosos, como professores de português e linguistas, têm buscado novas saídas, pois acreditam que é possível ensinar a gramática, contudo sem a visão prescritiva que há muito tempo tem sido passada, conforme aborda Mendonça (2006, p. 199, grifo da autora):

O ensino de gramática constitui um dos mais fortes pilares das aulas de português e chega a ser, em alguns casos, a preocupação quase exclusiva dessas aulas. Nas últimas duas décadas, entretanto, vem se firmando um movimento de revisão crítica dessa prática, ou seja, vem-se questionando a validade “modelo” de ensino, o que faz emergir a proposta da prática de **análise linguística (AL)** em vez das aulas de gramática.

A análise linguística vai requerer do professor uma nova forma de pensar e agir no que tange ao ensino da língua portuguesa, principalmente, no trabalho com os textos dos alunos. Esses não poderão ser vistos apenas como meros depósitos de erros gramaticais, pois a maioria das propostas de produção de texto que são feitas ao aluno visa somente à correção de aspectos gramaticais, deixando de lado aspectos fundamentais como: as ideias desenvolvidas, a articulação entre as partes do texto, o emprego dos fatores de textualidade, dentre outros.

Por essa razão, os alunos desenvolvem a crença de que o seu texto atende apenas aos seguintes objetivos: escrever somente para o professor ler; seguir instruções determinadas pelo professor; acusar os erros gramaticais presentes. Esses propósitos não favorecem ao aluno desenvolver um trabalho de análise linguística de modo a buscar nas suas produções escritas aspectos como objetivo, intencionalidade e aceitabilidade, função social, fator de interação, comunicabilidade, etc., reforçando o que diz Cagliari (1997, p. 101), quando denuncia que “a escola é talvez o único lugar onde se escreve muitas vezes sem motivo... Certas atividades da escola representam um puro exercício de escrever”.

O texto deve, portanto, ser a realização concreta das ações que o indivíduo utiliza por meio da linguagem, para interagir com o outro e com o seu meio. Partindo dessa noção, é necessário que tanto o professor como o aluno compreendam que a leitura e a produção do texto devem conter em si a junção interativa de vários conhecimentos: o conhecimento linguístico ou gramatical, o conhecimento de mundo e o conhecimento textual, pois todos eles são importantes no processo de compreensão e criação que essas atividades demandam.

Discussão/Resultados

Constatamos que os alunos das duas turmas pesquisadas demonstraram como tem sido a sua relação com a escrita ao longo dos anos escolares. Uma maioria significativa ressaltou que normalmente o que tem se constituído como prática de escrita para eles é a realização de atividades/exercícios de revisão dos conteúdos, principalmente no livro didático, e anotar resumos dos conteúdos estudados. Isso denuncia a prática de escrita nas aulas de Língua Portuguesa, muitas vezes desvinculada da produção de textos como elemento de interação do indivíduo com seus pares ou como forma de atuação em diversos espaços de comunicação, mas como meio de exercitar mecanicamente os conteúdos transmitidos nas aulas. No tocante a essa situação, Antunes (2003, p. 124, grifos da autora), ao abordar o estudo da língua, resalta que: “Tais atividades de produção teriam a função de *promover* (não de “treinar”) no aluno a prática da comunicação verbal fluente, adequada e relevante, [...]”.

No que tange à produção de textos de gêneros variados, mesmo os considerados de usos mais comuns entre os alunos, como cartas, poemas, bilhetes, contos, mensagens, histórias em quadrinhos, etc., percebe-se que houve pouca prática nesse sentido. Por isso, produzir textos caracteriza uma ação um tanto difícil nas crenças de uma parcela significativa das duas turmas, uma vez que alega não saber o que dizer no texto, bem como que palavras usar, além da dificuldade com o uso da ortografia e dos sinais de pontuação.

Outra crença abordada pela maioria desses sujeitos é que não escreve pelo simples e puro prazer de registrar aquilo que sente, vê ou as experiências vividas. Foram poucas as exceções que demonstraram perceber na escrita um sentido bem mais significativo e útil, pois o seu uso não se restringe apenas ao espaço e às atividades da escola. Alguns alunos a usam em outros espaços para interagir com os seus pares, transmitindo e adquirindo conhecimentos.

Para os alunos, as dificuldades no que tange à produção de textos continuam acentuadas no Ensino Médio, principalmente porque no colégio pesquisado, há uma separação entre os componentes curriculares Língua Portuguesa e Redação. Assim, o trabalho do primeiro restringe-se ao ensino da gramática e da literatura, enquanto o segundo, com apenas uma aula semanal, ministrada por outra professora, fica responsável pelo ensino de produção textual. Sobre isso, Suassuna (1995, p. 45, em nota de rodapé) destaca: “Eu, particularmente, não encontro nenhuma justificativa para a separação entre ensino de língua e ensino de técnicas de redação, uma realidade encontrável ainda hoje nas escolas brasileiras”.

Além disso, a prática da escrita também remonta a outra crença bastante deturpada por esses alunos, a de que o ato de escrever se relaciona diretamente à prática de redações



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



escolares pré-estabelecidas (narração, descrição e dissertação). Nesse caso, o resultado desse produto objetiva-se apenas em organizar as ideias, coerentemente, entre si, e que é visto, principalmente, como uma forma linguística que o aluno deve dominar (KOCH, 2006) na sua passagem pela escola de ensino básico e que nenhuma função tem no seu cotidiano.

Conclusões

A partir dos dados gerados foi possível verificar que as crenças dos alunos da zona rural acerca das produções de texto nas aulas de Língua Portuguesa são frutos, principalmente, das práticas desenvolvidas nos contextos de ensino-aprendizagem por onde passaram, ou seja, na escola. Percebemos que quando falam sobre a escrita, isso os remete apenas à realização de atividades/exercícios no livro didático, como revisão dos conteúdos estudados, além de escrever resumos dos assuntos trabalhados, desconsiderando, assim, os diversos gêneros textuais com os quais os alunos lidam no dia a dia.

As propostas de escrita se resumem à prática de redações escolares pré-estabelecidas (narração, descrição e dissertação), objetivando somente observar a estrutura do texto, corrigir erros de gramática e desconsiderar a linguagem diferente da culta. Tal prática desenvolve nos alunos as crenças de que não sabem escrever, que os seus textos não têm funcionalidade e que é muito difícil produzi-los. Ademais, foram poucos os alunos que associaram a escrita na escola a algo prazeroso, que contribui para estimular o seu uso em outros espaços. Para que isso aconteça, eles devem perceber que os textos representam sua voz que por meio deles poderá ecoar a fim de transmitir a outrem pensamentos e ideias, além de compreender que os textos com os quais lidam diariamente também são vozes de outros com objetivos equivalentes.

Referências

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- GONZAGA, Amarildo Menezes. A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro;
- FRANCO, M. A. Santoro (Org.). **Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 65-92.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



LUFT, Celso Pedro. **Ensino e aprendizado da língua materna**. São Paulo: Globo, 2007.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 199-226.

SUASSUNA, Livia. **Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.